

ECONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO: ESTRUTURA ECONÔMICA E DESIGUALDADES INTERMUNICIPAIS DE RENDA

Denis Fernandes Alves¹

RESUMO: O presente estudo objetiva analisar sobre as desigualdades intermunicipais de renda em São Paulo, estado economicamente desenvolvido e densamente povoado. Foram utilizados indicadores econômicos regionais para analisar a estrutura produtiva e a Análise Exploratória de Dados Espaciais e o modelo SAR em painel espacial para analisar as desigualdades intermunicipais de renda. Entre 2015 e 2020, algumas mesorregiões ampliaram seus serviços ou indústrias, enquanto outras tiveram redução em certos indicadores. Regiões mais desenvolvidas tiveram melhor desempenho em períodos delicados, como em 2020, e o setor de serviços foi o que mais cresceu na economia. As desigualdades de renda são locais, com a formação de clusters em algumas regiões específicas do estado. É necessário o fortalecimento de políticas públicas e assistenciais para combater a desigualdade intermunicipal de renda per capita, que impacta na saúde, educação, infraestrutura e outras variáveis.

Palavras-Chave: São Paulo; Estrutura Produtiva; Desigualdades intermunicipais de renda.

ECONOMY OF THE STATE OF SÃO PAULO: ECONOMIC STRUCTURE AND INTER-MUNICIPAL INCOME INEQUALITIES

ABSTRACT: The present study aims to analyze intermunicipal income inequalities in São Paulo, an economically developed and densely populated state. Regional economic indicators were used to analyze the productive structure, and Exploratory Spatial Data Analysis and the SAR model in spatial panel to analyze intermunicipal income inequalities. Between 2015 and 2020, some mesoregions expanded their services or industries, while others experienced a reduction in certain indicators. More developed regions performed better in delicate periods, such as in 2020, and the service sector was the fastest-growing sector in the economy. Income inequalities are local, with the formation of clusters in specific regions of the state. Strengthening public and welfare policies is necessary to combat intermunicipal per capita income inequality, which impacts health, education, infrastructure, and other variables.

Keywords: São Paulo; Productive Structure; Inter-municipal income inequalities.

¹ Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PIMES/UFPE). E-mail: denis_fernandes@outlook.com. ORCID: 0000-0003-3322-2075

1. INTRODUÇÃO

A história da economia de São Paulo apresenta uma trajetória de crescimento particular em seu período de crescimento e desenvolvimento econômico. A estrutura produtiva mais avançada do que o restante do país se pautou no desenvolvimento de setores chaves para o crescimento como o setor industrial e agropecuário (CANO, 1977). Os movimentos econômicos que se seguem do século XX e início do século XXI foi de concentração industrial e, mais recentemente, desconcentração econômica. A população atraída pelas oportunidades de emprego, melhorias de vida e outros objetivos eram advindas da região Nordeste e Norte do país, regiões mais atrasadas economicamente. Esse forte movimento migratório transformou a economia paulista, pois havia grande quantidade de mão-de-obra disponível (CANO, 2008)

Para além disso, os indicadores econômicos mostram que a economia se mantém a mais avançada e desenvolvida do país no pós-2000. Contudo, mesmo em uma economia bem desenvolvida, há gargalos, que são inerentes a um cenário de subdesenvolvimento, apesar do estágio relativamente avançado e industrializado (TAVARES, 1998). Esses hiatos se manifestam de diversas maneiras, entre elas a mais comum é a desigualdade intermunicipal de renda no território paulista. Pensar a questão regional é compreender que há a necessidade de superar certos atrasos econômicos sejam eles no âmbito inter ou intra municipal. Nesse sentido, o objetivo do estudo é investigar as particularidades da economia de São Paulo em um debate interdisciplinar conectando aspectos históricos, econômicos ambientais e elencando os aspectos de desigualdade e pobreza em uma perspectiva espacial entre seus municípios.

No que diz respeito à metodologia, este estudo empregou indicadores clássicos de economia regional, tais como: Participação Relativa, Quociente Locacional, Coeficiente Locacional, Índice de Hirschman-Herfindahl, Coeficiente de Especialização e Coeficiente de Reestruturação. Além disso, foram realizadas análises exploratórias de dados espaciais e estimativas de modelos econométricos espaciais, com o propósito de investigar a influência do espaço na economia do estado de São Paulo.

Para a análise dos indicadores econômicos regionais, utilizaram-se dados do período de 2015 a 2020, visando capturar os efeitos das crises ocorridas em 2015-

2016 e o início da pandemia de COVID-19 em 2020, nas diferentes mesorregiões da maior economia do país. Quanto à análise espacial, foram empregados dados do censo demográfico de 2000 e 2010, com o objetivo de examinar o desenvolvimento municipal e a formação de clusters, bem como sua importância na redução das desigualdades de renda, levando em consideração um conjunto de variáveis socioeconômicas.

Além dessa pequena introdução geral, o estudo visa explorar os condicionantes históricos do Estado de São Paulo e compreender as formas como a estrutura econômica do Estado foi moldada em uma primeira seção. A segunda seção do estudo explora as características dessa economia em um contexto recente. Indicadores conceituados de economia regional serão aplicados de forma a contemplar os principais setores da economia nos anos recentes. Na terceira seção da revista contempla os aspectos socioambientais e como pensar o meio ambiente hoje e em modos de reduzir emissões de poluentes. A quarta seção da revista adentra nas características intrínsecas ao processo de desigualdade inter e intra municipal do estado de São Paulo e quais os efeitos espaciais nos municípios.

2. CONTEXTOS HISTÓRICOS DA CONJUNTURA E ECONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Quando se tenta compreender o processo dinâmico de crescimento de uma economia, torna-se absolutamente necessário analisar quais as partes principais que a compõem, como atua cada uma delas nesse processo de crescimento e que graus e tipo de inter-relacionamento entre elas possibilitam o surgimento de um conjunto econômico integrado (CANO, 2008).

Sabe-se que historicamente a indústria esteve concentrada no Centro-Sul do país, sobretudo no Estado de São Paulo. A economia paulista é uma das economias mais ricas do país, se destaca historicamente em vários aspectos em sua economia, mas pensar na questão regional é compreender que há a necessidade de superar certas disparidades reproduzidas no território, sob diferentes perspectivas, sejam elas intra ou interregionais.

Os problemas com as desigualdades regionais são problemas fundamentalmente estruturais que causaram atraso no processo de desenvolvimento. Contudo, se o Estado não promover políticas públicas com o objetivo de redução das

desigualdades, as perspectivas de mudanças são ainda mais baixas e colocam-se com maior vigor processos de reconcentração espacial. Já que as vantagens locais, às externalidades positivas e os efeitos aglomerativos da capital e litoral leste Paulista são marcantes, atrativos e cruciais para a tomada de decisão privada de realização de inversões de capital. Ampliando processos de desigualdades intra estadual.

No Brasil, os aspectos de desigualdades regionais fazem parte de sua formação histórica no momento anterior em que se intensificou o processo de industrialização nacional. O processo de formação, datado no período 1880 a 1930, forjam as bases das desigualdades regionais no Brasil, com a dinâmica diferenciada das várias regiões brasileiras. Esse processo pode ser compreendido em dois momentos distintos, são eles: i) de 1930 a 1955 e ii) de 1956 a 1970. Segundo Cano (1977, 1985) no primeiro momento, da década de 30 até meados dos anos cinquenta, tem-se a alteração do padrão de acumulação de capital e, dessa forma o país ingressa na chamada industrialização “restringida”. No segundo momento, entre o período de 1956 a 1970, que é quando o padrão se altera e são implantadas as indústrias produtoras de bens de produção e consumo durável, tem-se a chamada industrialização “pesada”.

A fase da indústria “restringida” é assim denominada muito em virtude da reprodução do capital dependia do setor externo e da capacidade de importar. É nessa fase, que há a consolidação da posição hegemônica do capital produtivo industrial, extremamente concentrado num espaço regional restrito, o Centro-Sul (mais especificamente em São Paulo). Esse processo de concentração regional acontece e agrava cada vez mais as desigualdades regionais, assim coube as demais regiões passarem estimular e a dinamizar suas atividades produtivas como forma de se inserir no mercado nacional.

O processo de industrialização “pesada”, brasileira teve início com maior consistência no Governo de Juscelino Kubistchek, iniciada na segunda metade da década de 1950. Essa última etapa tomou proveito do momento internacional favorável. Durante esse período já era visível a forte concentração, no Centro-Sul, dos setores dinâmicos da estrutura produtiva nacional (CANO, 2008). O problema dos desajustes regionais surge assim, com intensidade, nesse momento em função da unificação dos mercados nacionais. É desse modo que é promovido o chamado hiato

econômico entre às regiões do Centro-Oeste, Norte e Nordeste com as regiões do Sul e Sudeste. Imprimindo traços e características típicas de economias dualistas.

Os dados apontam que há mais de setenta anos tem-se uma concentração econômica regional em que a participação da região Sudeste no PIB nacional é de mais de 50%. Conforme dados do IBGE (2022), apresentado na Tabela 01, houve mudanças, porém, mantêm-se uma grande diferença das participações das regiões no PIB.

Tabela 1 - Distribuição relativa do PIB regional em períodos selecionados (1939-2019)

Regiões	1939	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2019
Norte	2,7	1,7	2,2	2,3	3,3	4,9	4,6	5,3	5,7
Nordeste	16,7	14,6	14,8	12	12,2	12,9	13	13,5	14,2
Sudeste	63,2	65,6	62,8	65	62,1	58,8	57,5	56,1	53,0
Sul	15,3	16,3	17,8	17	17,3	18,2	17,7	16,0	17,2
Centro-Oeste	2,1	1,8	2,4	3,7	5,1	5,2	7,2	9,1	9,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo IBGE (2022).

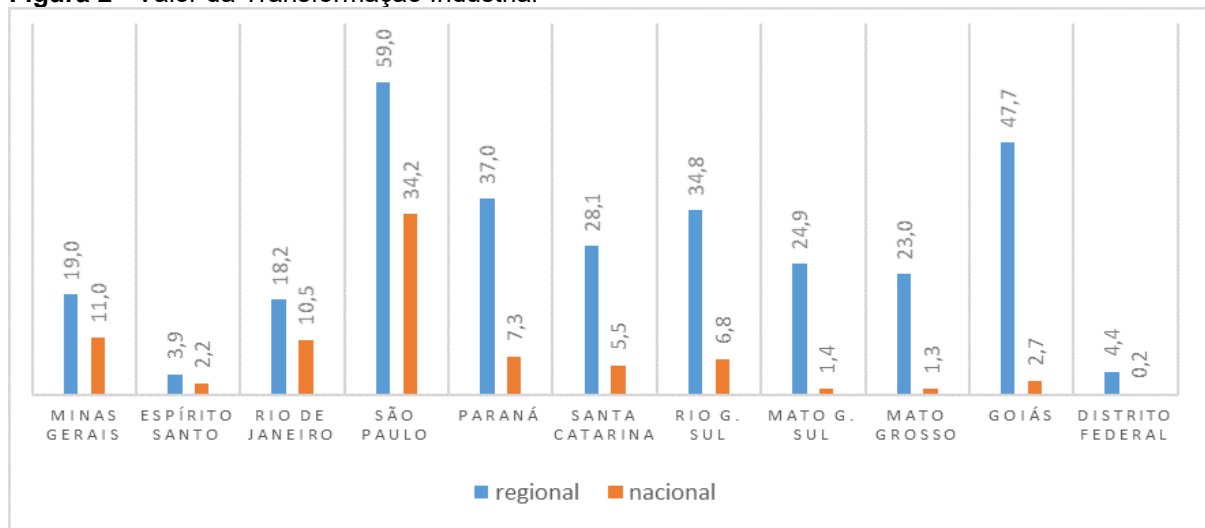
A maior composição do PIB brasileiro no período apresentado acima, foi fortemente concentrado na Região Sudeste, com extensa participação do estado de São Paulo. Contudo, essa participação vem caindo gradativamente desde 1970 ao longo dos anos. Conforme observado por Brandão (2019) tem-se reduzido a concentração espacial e, conseqüentemente as desigualdades regionais. Porém, medidas devem ser tomadas como forma de planejar o desenvolvimento regional que viabilize não só as reduções das disparidades regionais, mas, sobretudo, das desigualdades sociais dentro de cada região.

No Sudeste há uma redução da participação na composição do PIB, 65,0% para 53,0%. Não necessariamente tenham sido reduzidas suas produções, mas em termos agregados, começa a perder espaço no mercado nacional, muito embora o Sul e Sudeste concentrem mais de 70% do PIB do país no ano de 2019. Ocorrendo assim um processo de descentralização produtiva no país.

Diniz (2001) entende que a descentralização produtiva no Brasil se caracterizou por ser mais uma realocação industrial do que uma descentralização de capitais. Segundo Diniz (2001), isso se deve ao fato que a descentralização do principal centro produtor brasileiro (São Paulo), ter ocorrido em grande parte dentro do próprio território. Assim, as indústrias realocaram algumas de suas filiais para cidades

interioranas, no entanto estas se apresentavam como pontos estratégicos, próximas a capital ou a região metropolitana de São Paulo.

Figura 2 - Valor da Transformação Industrial²



Fonte: Alves (2020).

Atualmente, os dados confirmam que o Valor de Transformação Industrial (VTI) está acima de 34% concentrados no estado de São Paulo, em termos nacionais, seguidos por outros dois estados da região Sudeste: Minas Gerais (11%) e Rio de Janeiro (10,5%). O VTI é calculado subtraindo-se do valor da produção, os dispêndios com o emprego de matéria-prima, material auxiliar e de embalagem e acondicionamento, combustíveis, lubrificantes, energia elétrica adquirida, e com serviços contratados. Representa o valor adicionado aos da matéria-prima e do material consumido na produção, pelo trabalho industrial executado no estabelecimento.

Em termos regionais, no Sudeste com quase 60% do VTI está o estado de São Paulo, seguido por Minas 19%, e Rio de Janeiro com 18,2%. Já no que se refere aos estados do Sul, o VTI é bem distribuído de forma mais homogênea entre os três estados da região, prevalecendo no ano de 2017, o estado do Paraná. No Centro-Oeste, a participação nacional do VTI é muito baixa. Em termos regionais, o estado de Goiás, representa um total de 47,7% do VTI da região do Centro-Oeste, seguido por Mato Grosso do Sul com aproximadamente 25%, Mato Grosso com 23% e, por fim, o Distrito Federal com 4,4%.

² Dados para o ano de 2017 obtidos pelas contas regionais do IBGE (IBGE, 2022).

No seu aspecto econômico histórico, São Paulo apresenta o maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, destacando-se na área de prestação de serviços. De acordo com dados relativos a 2019, o PIB paulista era de 2,348 trilhões de reais. Muito embora o estado perdeu parte de sua participação no PIB nacional devido, principalmente, a uma tendência histórica de desconcentração econômica e de diminuição das desigualdades regionais do Brasil.

Segundo Diniz e Mendes (2021), a cidade de São Paulo, apesar de ter perdido participação na produção industrial e na renda nacional, fortaleceu sua posição como centro financeiro, abrigando instituições bancárias, corretoras, bolsas de valores de ações e títulos, bem como sedes de empresas. Além disso, oferece uma ampla gama de serviços, incluindo atividades comerciais, educacionais, de pesquisa, consultoria, atendimento médico de ponta, cultura, lazer e outros serviços de apoio a negócios e entretenimento, como hotéis, restaurantes e teatros.

Os dois principais aeroportos do país, um deles doméstico e o outro internacional, ainda permanecem em São Paulo. Nesse contexto, Diniz e Campolina (2007) enfatizaram o papel crucial da área metropolitana estendida, especialmente o eixo Campinas-São Paulo-São José dos Campos, onde se encontram indústrias de alta tecnologia, instituições universitárias de destaque e centros de pesquisa. Essa região reafirma a posição de São Paulo como a cidade primordial do Brasil e um elo de integração com a rede global de metrópoles.

O centro financeiro do país, São Paulo apresenta a segunda maior bolsa de valores do mundo em termos de valor de mercado. Isso o torna um lugar com boa infraestrutura para investimentos, com excelentes rodovias, meios de transporte, sistema de metrô eficiente, além de outros aspectos como qualidade de vida e cultura. Tudo isso torna o ambiente propício para atração de moradores, firmas, investidores entre outros.

3. METODOLOGIA

Como estratégia empírica foram utilizados indicadores de economia regional e técnicas de econometria espacial aplicados ao estado de São Paulo. Os dados são provenientes de fontes secundárias em órgãos oficiais como Relatório Anual de Informações Sociais mantido pelo Ministério do Trabalho (RAIS/MT), Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico e Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD).

Em termos de indicadores de economia regional, após escolhidas as variáveis de análise devem-se levar em conta as seguintes definições: PO_{ij} corresponde ao número de pessoas ocupadas, no setor i da região j , já PO_{tj} é o total de pessoas ocupadas, na região j . PO_{it} corresponde ao número de pessoas ocupadas, do setor i na região de referência, e PO_{tt} ao total de pessoas ocupadas, na região de referência. Logo, podemos definir $j^{ei} = PO_{ij}/PO_{it}$ como a participação regional do emprego no setor i no total do emprego no setor na região de referência; e $i^{ej} = PO_{ij}/PO_{tj}$ como a participação do emprego no setor i no total do emprego na região j . Por fim, $T0$ = ano inicial; $T1$ = ano final.

Os indicadores de economia regional utilizados foram participação relativa, este índice leva em consideração a seguinte expressão:

$PR = \frac{PO_{ij}}{PO_{it}}$	(1)
--------------------------------	-----

Três medidas de localização foram utilizadas: Quociente de Localização (QL), Coeficiente de Localização ($CLoc$) e Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH), em termos algébricos:

$QL = \frac{PO_{ij}/PO_{it}}{PO_{tj}/PO_{tt}}$	(2)
--	-----

$CLoc = \left[\frac{ j^{ei} - \sum_i j^{ei} }{2} \right]$	(3)
--	-----

$IHH = \left(\frac{PO_{ij}}{PO_{tj}} \right) - \left(\frac{PO_{it}}{PO_{tt}} \right)$	(4)
---	-----

E, por fim, duas medidas de especialização: Coeficiente de Especialização ($CEsp_i$) e o Coeficiente de Reestruturação ($CRest_j$).

$CEsp_i = \sum_i \left[\frac{ i^{ei} - \sum_j i^{ej} }{2} \right]$	(5)
$CRest_j = \sum_i \left[\frac{ T0 - T1 }{2} \right]$	(6)

Para analisar a dinâmica do emprego formal, foram utilizados os cinco setores da economia de São Paulo: i) Indústria; ii) Construção Civil; iii) Comércio; iv) Serviços e; v) Agricultura. O estudo evidencia análises dos anos de 2015 e 2020, neste quinquênio há períodos de redução e aumento do número de empregos formais o que refletem o aquecimento e a desaceleração da economia paulista.

Em relação às desigualdades de renda intermunicipais, foram utilizadas técnicas de economia espacial. A Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) é um conjunto de ferramentas que permite conhecer dados espaciais e constitui um passo preliminar relevante antes de realizar o exercício econométrico espacial (ALMEIDA, 2012).

Em um segundo momento, foi realizada uma regressão espacial para analisar o fenômeno, ou seja, as diferenças intermunicipais de renda per capita. O Modelo de Regressão com Dados em Painel de Efeitos Fixos com Dependência Espacial – SAR foi estimado, devido à presença de heterocedasticidade, sendo corrigido pelo método paramétrico. Para análise dos diferenciais de renda per capita, variável dependente no modelo e criada pela diferença da renda per capita média de São Paulo menos a renda per capita do município em questão (VDRENPC). Além disso, serão considerados os seguintes outras variáveis relacionadas a indicadores fundamentais para o desenvolvimento como educação, infraestrutura, saúde, pobreza, entre outros, utilizando dados do censo de 2000 e 2010.

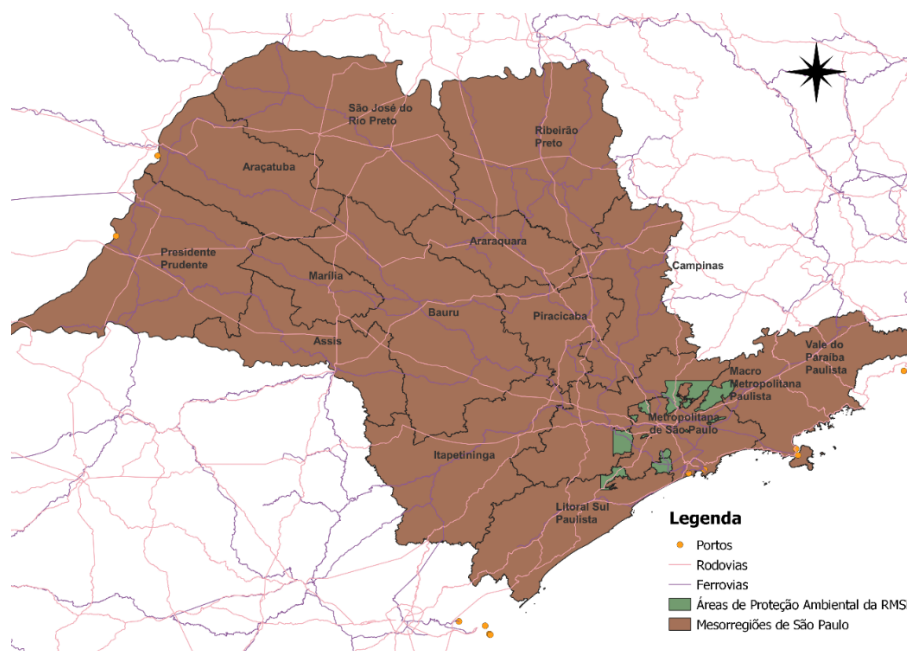
4. CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL E OS INDICADORES DE ESPECIALIZAÇÃO PARA ECONOMIA DE PAULISTA

O processo de diferenciação na estrutura produtiva territorial desdobrada a partir das desigualdades entre as Mesorregiões do Estado do São Paulo causa concentração de regiões mais desenvolvidas frente a outras. Esta parte do estudo tem

como objetivo estudar como os grandes setores da estrutura produtiva se comportam nas mesorregiões de SP utilizando os resultados dos métodos simples e eficientes de análise regional, abordados na seção anterior, além de analisar a dinâmica do mercado de trabalho na estrutura produtiva mais recente. Em termos espaciais, a Figura 03 apresenta as mesorregiões de São Paulo, evidenciando seus portos, rodovias, ferrovias e a áreas de proteção ambiental na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

É importante, antes da análise dos indicadores propostos, observar de maneira geral como o emprego formal no território paulista está espacialmente estabelecido. Desta forma, e a utilizar este recorte espacial, tem-se que a divisão territorial de SP, apresenta quinze mesorregiões geográficas, a saber: Mesorregião de Araçatuba, de Araraquara, de Assis, de Bauru, de Campinas, de Itapetininga, do Litoral Sul Paulista, Macrometropolitana Paulista, de Marília, Metropolitana de São Paulo, de Piracicaba, de Presidente Prudente, de Ribeirão Preto, de São José do Rio Preto e Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista.

Figura 03 - Mesorregiões do Estado de São Paulo



Fonte: Elaboração própria.

O perfil industrial de São Paulo é marcado pelo predomínio de setores mais dinâmicos e uma tendência à desconcentração espacial, embora historicamente tenha havido maior concentração em algumas regiões do que em outras. O estado possui

uma das estruturas produtivas mais desenvolvidas do país. Atualmente, concentra números expressivos como o PIB industrial de R\$ 400,9 bilhões, equivalente a mais de $\frac{1}{4}$ (28,9%) da indústria brasileira. Emprega mais de 2.899.900 trabalhadores na indústria.

Nesse sentido, os principais setores do estado (Participação percentual do setor no PIB industrial) são: Construção com 16,7%, Derivados de petróleo e biocombustíveis com 11,4%, alimentos com 9,3% Serviços industriais de utilidade pública com 8,9% e Químicos com 8,3% juntos, esses setores representam 54,6% da indústria do estado. Além disso, as grandes empresas concentram maiores quantidades de trabalhadores e, conseqüentemente, maior percentual de empregados no setor, com um total de 42,1% em 2019 (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2022).

Como se comportam os cinco grandes setores? Quais as regiões mais avançadas e especializadas em termos de econômicos? O objetivo é evidenciar como a estrutura produtiva é reflexo do processo de desenvolvimento do território, identificando possíveis disparidades e similaridades entre as mesorregiões paulistas. A seguir, serão apresentados os resultados advindos da aplicação de alguns indicadores conceituados dentro da economia regional. O primeiro deles é a participação relativa setorial por mesorregião no estado de São Paulo nos anos de 2015 e 2020.

5. INDICADORES DE ECONOMIA REGIONAL

Inicialmente, a participação relativa da população ocupada por setor em cada uma das mesorregiões mostra como as mesorregiões se comportaram economicamente entre 2015 e 2020. Como esse índice varia entre zero e um, é possível destacar que pelo menos três grandes setores em cada mesorregião apresentam maior participação na economia, são eles: indústria, comércio e serviços.

As cinco mesorregiões de maior destaque na indústria em 2015 foram Piracicaba, Araçatuba, Macro Metropolitana Paulista, Araraquara e Campinas apresentam uma elevada concentração da participação relativa no setor, em 2020, permaneceram nesse posto, três delas com leve redução, mas não se pode afirmar que se deve a efeitos da pandemia.

Em termos de construção civil, as mesorregiões com maiores participação tanto em 2015 quanto em 2020, foram São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba Paulista, Bauru, Litoral Sul Paulista e Metropolitana de São Paulo, além dessas destaca-se Piracicaba, contudo, houve forte redução entre 2015 e 2020 na sua participação relativa no setor.

Tabela 2 - Participação Relativa da Estrutura Produtiva por Mesorregião de São Paulo – 2015/2020

Mesorregião 2015	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviço	Agropecuária
São José do Rio Preto	0,241	0,048	0,231	0,402	0,078
Ribeirão Preto	0,246	0,044	0,232	0,408	0,069
Araçatuba	0,306	0,034	0,220	0,382	0,058
Bauru	0,230	0,051	0,209	0,420	0,089
Araraquara	0,290	0,039	0,194	0,382	0,096
Piracicaba	0,350	0,042	0,212	0,365	0,031
Campinas	0,274	0,037	0,212	0,444	0,033
Presidente Prudente	0,213	0,027	0,231	0,464	0,065
Marília	0,230	0,038	0,222	0,431	0,080
Assis	0,218	0,025	0,226	0,368	0,164
Itapetininga	0,254	0,027	0,214	0,368	0,137
Macro Metropolitana Paulista	0,306	0,035	0,216	0,416	0,027
Vale do Paraíba Paulista	0,218	0,052	0,212	0,503	0,015
Litoral Sul Paulista	0,076	0,042	0,274	0,515	0,094
Metropolitana de São Paulo	0,140	0,052	0,186	0,619	0,002
Mesorregião 2020	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviço	Agropecuária
São José do Rio Preto	0,244	0,037	0,222	0,429	0,069
Ribeirão Preto	0,237	0,041	0,233	0,426	0,064
Araçatuba	0,283	0,023	0,228	0,415	0,051
Bauru	0,233	0,062	0,203	0,418	0,084
Araraquara	0,302	0,035	0,188	0,394	0,081
Piracicaba	0,367	0,027	0,201	0,374	0,032
Campinas	0,267	0,034	0,210	0,457	0,033
Presidente Prudente	0,192	0,025	0,223	0,504	0,056
Marília	0,230	0,026	0,204	0,469	0,071
Assis	0,233	0,029	0,223	0,361	0,153
Itapetininga	0,265	0,023	0,212	0,354	0,147
Macro Metropolitana Paulista	0,300	0,030	0,214	0,429	0,027
Vale do Paraíba Paulista	0,212	0,041	0,216	0,517	0,014
Litoral Sul Paulista	0,070	0,037	0,264	0,532	0,097
Metropolitana de São Paulo	0,125	0,045	0,182	0,646	0,002

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MT.

Comércio e serviços por sua vez, tem destaque para a participação relativa de dez mesorregiões em 2020, são elas: São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Araçatuba, Campinas, Presidente Prudente, Marília, Assis, Vale do Paraíba Paulista,

Litoral Sul Paulista e Metropolitana de São Paulo. Todas com indicadores de ordem e 20% na participação em comércio e em média 45% na participação em serviços. Na agropecuária o destaque vai para Assis e Itapetininga nos dois anos de análise.

Tabela 3 - Quociente Locacional da Estrutura Produtiva por Mesorregião de São Paulo – 2015/2020

Mesorregião 2015	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviço	Agropecuária
São José do Rio Preto	1,249	1,027	1,158	0,750	3,163
Ribeirão Preto	1,273	0,945	1,162	0,762	2,822
Araçatuba	1,585	0,726	1,103	0,712	2,366
Bauru	1,194	1,076	1,047	0,785	3,641
Araraquara	1,500	0,823	0,970	0,714	3,893
Piracicaba	1,814	0,888	1,061	0,681	1,282
Campinas	1,419	0,791	1,06	0,83	1,341
Presidente Prudente	1,106	0,578	1,155	0,865	2,652
Marília	1,19	0,804	1,11	0,804	3,268
Assis	1,128	0,525	1,13	0,688	6,655
Itapetininga	1,319	0,568	1,071	0,688	5,559
Macro Metropolitana Paulista	1,586	0,74	1,082	0,776	1,103
Vale do Paraíba Paulista	1,131	1,108	1,06	0,938	0,627
Litoral Sul Paulista	0,392	0,885	1,37	0,961	3,826
Metropolitana de São Paulo	0,727	1,105	0,934	1,156	0,081
Mesorregião 2020	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviço	Agropecuária
São José do Rio Preto	1,323	0,915	1,129	0,772	2,906
Ribeirão Preto	1,285	1,002	1,187	0,767	2,699
Araçatuba	1,536	0,560	1,163	0,748	2,148
Bauru	1,264	1,523	1,036	0,753	3,533
Araraquara	1,640	0,858	0,957	0,710	3,423
Piracicaba	1,991	0,652	1,023	0,674	1,340
Campinas	1,452	0,822	1,069	0,823	1,375
Presidente Prudente	1,043	0,609	1,138	0,908	2,357
Marília	1,249	0,633	1,039	0,845	3,012
Assis	1,264	0,716	1,139	0,651	6,465
Itapetininga	1,439	0,550	1,08	0,637	6,205
Macro Metropolitana Paulista	1,628	0,742	1,092	0,773	1,122
Vale do Paraíba Paulista	1,149	1,001	1,101	0,932	0,594
Litoral Sul Paulista	0,378	0,914	1,345	0,958	4,119
Metropolitana de São Paulo	0,678	1,102	0,928	1,164	0,083

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MT.

No comparativo dos anos, tais características mostram que a agropecuária, construção civil e comércio tiveram reduções em grande parte das mesorregiões, isso pode ser justificado em parte pelas medidas tomadas com o advento da pandemia da COVID-19. Muitas mesorregiões tiveram reduções nos indicadores de participação relativa, mas grande parte ampliou os serviços ou indústria, regiões mais

desenvolvidas economicamente se sobressaíram frente a outras em períodos delicados como o de 2020. Em contrapartida os setores que mais cresceram na economia, independentemente da conjuntura, foram serviços.

Em relação às medidas de localização, o primeiro indicador calculado é o Quociente de Localização (QL). Esse indicador mostrará quais setores são mais especializados em determinadas regiões em relação a uma macrorregião de referência (AC). Nesse sentido, QL acima de um (1) indica que a região é especializada em determinado setor. Apesar das configurações pandêmicas de 2020, o destaque foi uma forte especialização na indústria, comércio e agropecuária de 13 das 15 mesorregiões. O estado de São Paulo é considerado altamente industrializado historicamente, isso reflete no alto desenvolvimento de seus indicadores em um efeito transbordamento. Além disso, houve especialização produtiva na construção civil com a mesorregião de Ribeira Preto e redução da especialização em São José do Rio Preto. Em contrapartida, apesar de indicadores altos em todas as mesorregiões, o QL indica especialização apenas na Metropolitana de São Paulo no setor de serviços.

Outro dado relevante é a evidência de um processo de descentralização da especialização produtiva na região metropolitana de São Paulo. Isso significa que as outras mesorregiões possuem uma estrutura produtiva desenvolvida, a qual varia conforme o setor em questão. Além disso, é notável que o setor agropecuário apresenta um alto grau de especialização em todo o estado, com indicadores que ultrapassam o valor de 1 em mais de 90% das mesorregiões, indicando que o estado não depende estritamente da capital em termos de especialização setorial.

Outra medida de localização utilizada, é o coeficiente locacional. Ele evidencia a influência de determinado setor em relação aos trabalhadores formais empregados numa dada mesorregião, considerando-se a mão de obra total do São Paulo. Deste modo, permite identificar o grau de dispersão relativa das atividades econômicas e selecionar aquelas que, teriam menor tendência à concentração espacial.

No período analisado, destacam-se resultados notáveis. Primeiramente, observa-se uma tendência de crescimento e concentração nos setores de indústria, comércio e serviços em praticamente todas as mesorregiões do estado. Adicionalmente, a construção civil e a agropecuária foram os setores que apresentaram maior aumento no grau de dispersão de 2015 a 2020.

Nesse contexto, é relevante ressaltar que a mesorregião de Presidente Prudente registrou quedas em todos os indicadores setoriais de coeficiente locacional. Isso indica mudanças significativas no cenário econômico e produtivo dessa região, com uma menor tendência à concentração e um maior grau de dispersão nas atividades produtivas.

Tabela 4 - Coeficiente Locacional da Estrutura Produtiva por Mesorregião de São Paulo – 2015/2020

Mesorregião 2015	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviço	Agropecuária
São José do Rio Preto	0,024	0,001	0,016	0,067	0,027
Ribeirão Preto	0,026	0,001	0,016	0,064	0,022
Araçatuba	0,056	0,006	0,010	0,077	0,017
Bauru	0,019	0,002	0,005	0,058	0,032
Araraquara	0,048	0,004	0,003	0,077	0,036
Piracicaba	0,079	0,003	0,006	0,085	0,003
Campinas	0,040	0,005	0,006	0,046	0,004
Presidente Prudente	0,010	0,010	0,016	0,036	0,020
Marília	0,018	0,005	0,011	0,053	0,028
Assis	0,012	0,011	0,013	0,084	0,069
Itapetininga	0,031	0,010	0,007	0,084	0,056
Macro Metropolitana Paulista	0,057	0,006	0,008	0,060	0,001
Vale do Paraíba Paulista	0,013	0,003	0,006	0,017	0,005
Litoral Sul Paulista	0,059	0,003	0,037	0,010	0,035
Metropolitana de São Paulo	0,026	0,002	0,007	0,042	0,011
Mesorregião 2020	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviço	Agropecuária
São José do Rio Preto	0,030	0,002	0,013	0,063	0,023
Ribeirão Preto	0,026	0,000	0,018	0,065	0,020
Araçatuba	0,049	0,009	0,016	0,070	0,014
Bauru	0,024	0,011	0,004	0,069	0,030
Araraquara	0,059	0,003	0,004	0,080	0,029
Piracicaba	0,091	0,007	0,002	0,090	0,004
Campinas	0,042	0,004	0,007	0,049	0,004
Presidente Prudente	0,004	0,008	0,014	0,026	0,016
Marília	0,023	0,008	0,004	0,043	0,024
Assis	0,024	0,006	0,014	0,097	0,065
Itapetininga	0,040	0,009	0,008	0,101	0,062
Macro Metropolitana Paulista	0,058	0,005	0,009	0,063	0,001
Vale do Paraíba Paulista	0,014	0,000	0,010	0,019	0,005
Litoral Sul Paulista	0,057	0,002	0,034	0,012	0,037
Metropolitana de São Paulo	0,030	0,002	0,007	0,045	0,011

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MT.

Já o índice Herfindahl-Hirschman tem por objetivo destacar qual é a concentração de um determinado setor na mesorregião comparando-a ao Estado de São Paulo. Nesse sentido, observa-se a tendência de concentração dos setores da

indústria, construção civil, comércio e agropecuária nas mesorregiões de Bauru e São José do Rio Preto em 2015. Além disso, grande parte das mesorregiões apresentam pelo menos a indústria, comércio e agropecuária com tendência a concentração, sugerindo que esses setores exercem um poder de atração maior, dado sua especialização no ano de 2015.

Tabela 5 - Índice de Hirschman Herfindahl da Estrutura Produtiva por Mesorregião de São Paulo – 2015/2020

Mesorregião 2015	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviço	Agropecuária
São José do Rio Preto	0,008	0,001	0,005	-0,008	0,068
Ribeirão Preto	0,014	-0,003	0,008	-0,012	0,093
Araçatuba	0,008	-0,004	0,001	-0,004	0,018
Bauru	0,006	0,002	0,001	-0,007	0,081
Araraquara	0,009	-0,003	-0,001	-0,005	0,055
Piracicaba	0,026	-0,004	0,002	-0,010	0,009
Campinas	0,039	-0,019	0,006	-0,016	0,031
Presidente Prudente	0,002	-0,006	0,002	-0,002	0,024
Marília	0,002	-0,002	0,001	-0,002	0,020
Assis	0,001	-0,005	0,001	-0,003	0,056
Itapetininga	0,005	-0,006	0,001	-0,005	0,066
Macro Metropolitana Paulista	0,036	-0,016	0,005	-0,014	0,006
Vale do Paraíba Paulista	0,006	0,005	0,003	-0,003	-0,016
Litoral Sul Paulista	-0,003	-0,001	0,002	0,000	0,016
Metropolitana de São Paulo	-0,156	0,060	-0,038	0,089	-0,527
Mesorregião 2020	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviço	Agropecuária
São José do Rio Preto	0,011	-0,003	0,004	-0,007	0,062
Ribeirão Preto	0,015	0,000	0,010	-0,012	0,089
Araçatuba	0,007	-0,006	0,002	-0,003	0,014
Bauru	0,008	0,017	0,001	-0,008	0,080
Araraquara	0,012	-0,003	-0,001	-0,006	0,047
Piracicaba	0,033	-0,011	0,001	-0,011	0,011
Campinas	0,042	-0,017	0,006	-0,017	0,035
Presidente Prudente	0,001	-0,006	0,002	-0,001	0,020
Marília	0,002	-0,003	0,000	-0,001	0,019
Assis	0,003	-0,003	0,001	-0,003	0,054
Itapetininga	0,007	-0,007	0,001	-0,005	0,078
Macro Metropolitana Paulista	0,039	-0,016	0,006	-0,014	0,008
Vale do Paraíba Paulista	0,006	0,000	0,004	-0,003	-0,017
Litoral Sul Paulista	-0,004	0,000	0,002	0,000	0,018
Metropolitana de São Paulo	-0,182	0,058	-0,041	0,093	-0,519

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MT.

Paralelamente, em 2020, tem-se mudanças sutis nessas tendências. Construção civil mostra uma redução no poder de atração na mesorregião de São

José do Rio Preto e Marília deixa de ter forte poder de atração no setor de comércio. Perceba que muito embora a Metropolitana de São Paulo, apresente apenas tendência a concentração em dois setores (construção civil e serviços), esta é uma mesorregião a parte, pois concentra o centro dinâmico do mercado de trabalho no estado e no Brasil.

No caso do estado de São Paulo, observa-se uma dinâmica diferente em comparação com muitos outros estados brasileiros. Neste cenário específico, diversas regiões polos dentro do estado têm um efeito de transbordamento que se estende para outras localidades. Esse fenômeno pode ser atribuído, em grande parte, à escala da economia de São Paulo. É importante ressaltar que em outros estados também existem regiões polos similares. A possível distinção aqui talvez se relacione com uma desigualdade menos acentuada do que a observada em outros contextos. Além disso, é possível inferir que com o advento da pandemia, os setores de construção civil e serviços tiveram o menor poder de concentração nas mesorregiões paulistas. Por outro lado, o estado é altamente desenvolvido nos setores da indústria, comércio e agropecuária, em um processo desconcentrado em todo o território.

Foram calculados dois indicadores de medidas de especialização utilizados, o Coeficiente de Especialização e o de Reestruturação. O Coeficiente de Especialização visa comparar a estrutura produtiva da mesorregião com a de São Paulo. Desse modo, a mesorregião que possuir uma estrutura produtiva mais diferenciada em comparação com a do Estado será especializada. Este coeficiente varia entre 0 e 1, e quanto mais próximo de zero a microrregião apresentará uma estrutura produtiva semelhante à da região de referência. Caso contrário, será especializada.

Houve um aumento da especialização produtiva em 10 mesorregiões no setor da indústria, são elas: São José do Rio Preto, Araçatuba, Bauru, Araraquara, Piracicaba, Campinas, Itapetininga, Macro Metropolitana Paulista, Vale do Paraíba Paulista, Metropolitana de São Paulo. Construção civil e agropecuária tiveram 5 mesorregiões que se especializaram no setor, seguido por comércio com 4 e serviços com 3. Essas especializações foram relevantes para o Estado como um todo. Apenas Assis e Presidente Prudente não houve especialização em nenhum setor entre 2015 e 2020.

Há de destacar o processo de especialização produtiva das mesorregiões de Bauru, Piracicaba, Macro Metropolitana Paulista, Vale do Paraíba Paulista e Metropolitana de São Paulo de Brasília em três dos cinco grandes setores da

economia. Confirmando o dinamismo da mesorregião metropolitana de São Paulo e crescimento de mesorregiões mais interioranas como Bauru, Piracicaba e Vale do Paraíba Paulista. No que diz respeito a essa última, a proximidade com o Rio de Janeiro e Minas Gerais (fronteira) pode gerar efeitos *spillovers* significativos.

Tabela 6 - Coeficiente de Especialização da Estrutura Produtiva por Mesorregião de São Paulo – 2015/2020

Mesorregião 2015	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviço	Agropecuária
São José do Rio Preto	0,004	0,000	0,002	0,004	0,034
Ribeirão Preto	0,007	0,001	0,004	0,006	0,046
Araçatuba	0,004	0,002	0,001	0,002	0,009
Bauru	0,003	0,001	0,001	0,003	0,041
Araraquara	0,005	0,002	0,000	0,003	0,027
Piracicaba	0,013	0,002	0,001	0,005	0,005
Campinas	0,019	0,010	0,003	0,008	0,016
Presidente Prudente	0,001	0,003	0,001	0,001	0,012
Marília	0,001	0,001	0,000	0,001	0,010
Assis	0,001	0,002	0,001	0,002	0,028
Itapetininga	0,002	0,003	0,001	0,002	0,033
Macro Metropolitana Paulista	0,018	0,008	0,002	0,007	0,003
Vale do Paraíba Paulista	0,003	0,002	0,001	0,001	0,008
Litoral Sul Paulista	0,002	0,000	0,001	0,000	0,008
Metropolitana de São Paulo	0,078	0,030	0,019	0,045	0,264
Mesorregião 2020	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviço	Agropecuária
São José do Rio Preto	0,005	0,001	0,002	0,004	0,031
Ribeirão Preto	0,007	0,000	0,005	0,006	0,045
Araçatuba	0,003	0,003	0,001	0,002	0,007
Bauru	0,004	0,008	0,001	0,004	0,040
Araraquara	0,006	0,001	0,000	0,003	0,024
Piracicaba	0,016	0,006	0,000	0,005	0,006
Campinas	0,021	0,008	0,003	0,008	0,017
Presidente Prudente	0,000	0,003	0,001	0,001	0,010
Marília	0,001	0,002	0,000	0,001	0,010
Assis	0,001	0,001	0,001	0,002	0,027
Itapetininga	0,003	0,003	0,001	0,003	0,039
Macro Metropolitana Paulista	0,020	0,008	0,003	0,007	0,004
Vale do Paraíba Paulista	0,003	0,000	0,002	0,001	0,009
Litoral Sul Paulista	0,002	0,000	0,001	0,000	0,009
Metropolitana de São Paulo	0,091	0,029	0,020	0,046	0,259

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MT.

Outro destaque em termos de coeficiente de especialização é que quase todas as mesorregiões apresentam baixo indicador no setor de agropecuária em 2020, sugerindo uma baixa especialização nesse setor dentro do estado e apontam para

diversificação. A metropolitana de São Paulo apresenta uma estrutura produtividade diferenciada em relação ao Estado como um todo.

Tabela 7 - Coeficiente de Restruturação da Estrutura Produtiva por Mesorregiões de São Paulo – 2015/2020

Mesorregião 2015/2020	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviço	Agropecuária
São José do Rio Preto	0,002	0,001	0,000	0,001	0,002
Ribeirão Preto	0,001	0,002	0,002	0,001	0,001
Araçatuba	0,001	0,001	0,000	0,000	0,002
Bauru	0,002	0,008	0,000	0,000	0,000
Araraquara	0,002	0,001	0,000	0,000	0,004
Piracicaba	0,004	0,003	0,000	0,000	0,002
Campinas	0,002	0,002	0,001	0,000	0,002
Presidente Prudente	0,000	0,000	0,000	0,000	0,002
Marília	0,001	0,000	0,000	0,001	0,000
Assis	0,001	0,001	0,000	0,000	0,001
Itapetininga	0,001	0,000	0,000	0,000	0,006
Macro Metropolitana Paulista	0,003	0,001	0,001	0,001	0,002
Vale do Paraíba Paulista	0,000	0,003	0,001	0,000	0,001
Litoral Sul Paulista	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001
Metropolitana de São Paulo	0,017	0,005	0,005	0,003	0,000

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MT.

Por fim, consideramos o coeficiente de reestruturação da estrutura produtiva. Esse indicador permite avaliar se a estrutura produtiva de uma mesorregião sofreu alterações, o que pode indicar uma possível especialização em um setor específico em comparação com o estado de São Paulo. A análise desse indicador revela que ocorreram mudanças na estrutura produtiva de todas as mesorregiões. No entanto, é importante destacar que as mudanças observadas são bastante sutis para serem consideradas significativas. Isso ocorre, em grande parte, devido ao curto período de tempo analisado. Transformações na estrutura produtiva são fenômenos que normalmente se manifestam em um horizonte de tempo mais longo.

Umas menos que outras, como é o caso da mesorregião Litoral Sul Paulista e Presidente Prudente com apenas um setor de reestruturando. O destaque se dá em outras mesorregiões como a Metropolitana de São Paulo, Macro Metropolitana Paulista, Ribeirão Preto, Campinas e Bauru que passaram a se diferenciar das demais mesorregiões e mostram que sua estrutura produtiva mudou entre os dois anos de análise. O processo de verticalização de algumas cidades torna mais atrativo para grandes empresas se instalarem em determinados municípios, como é o caso das

mesorregiões adjacentes a metropolitana paulista e no interior. A indústria cresce, reestrutura e avança em termos produtivos no estado.

6. ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS

O exercício espacial é fundamental nas análises de desigualdades no território, pois ajuda a ter maior noção da localização das regiões mais atrasadas frente a outras mais desenvolvidas e como aplicar estratégias de desenvolvimento visando o enfrentamento das desigualdades no Estado. Nesse sentido, a AEDE é um método para descrever a distribuição e a associação espacial de certa variável entre as unidades avaliadas (municípios) e ainda perceber padrões e formas de instabilidade espacial, além de identificar *outliers*. Os *clusters* são classificados em quatro tipos: Alto-Alto, Baixo-Baixo, Alto-Baixo e Alto-Baixo (ANSELIN, 1988).

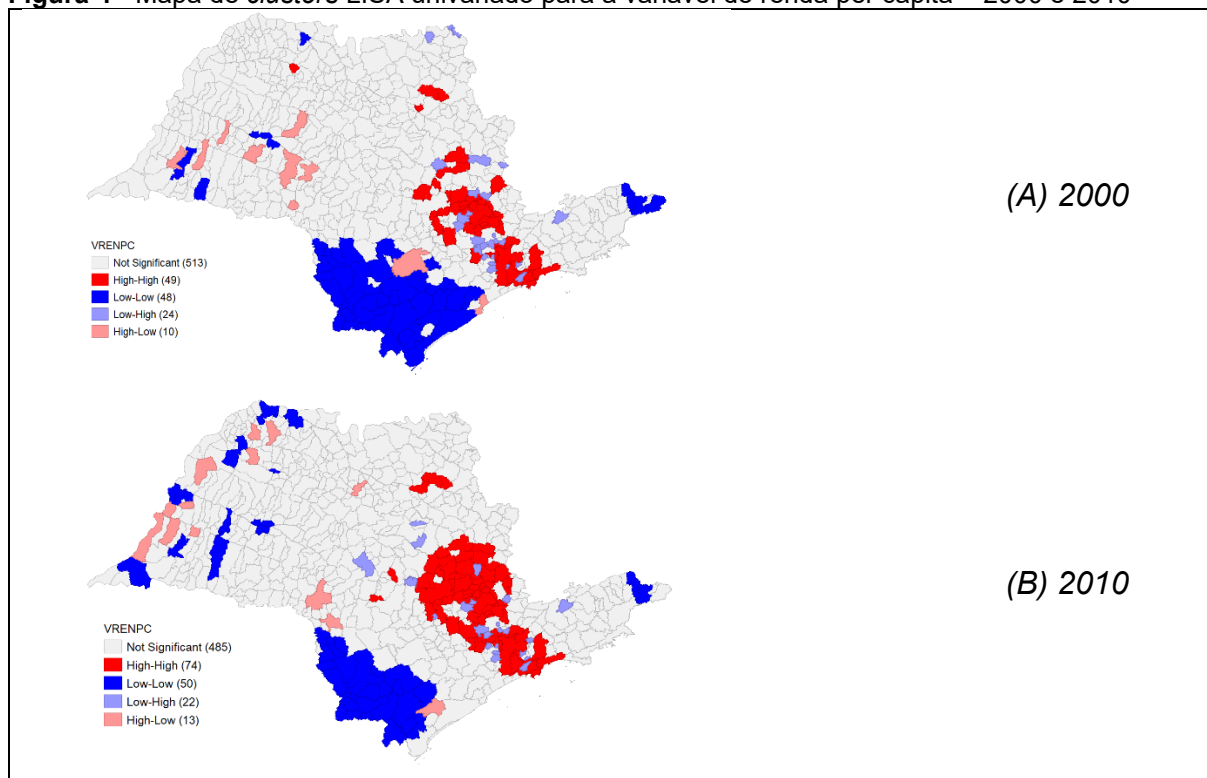
Nesse primeiro caso, utilizando-se do contexto univariado, o objetivo é identificar padrões espaciais e evidenciar as aglomerações – *clusters* – univariadas que apresentam significância para o I de Moran Local. De maneira geral, ao analisar os mapas de *clusters* para 2000 e 2010, percebe-se uma ampliação das aglomerações do tipo Alto-Alto, sobretudo na região vizinha a capital paulista, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e no corredor que leva as cidades de Campinas (isto é, a Região Metropolitana de Campinas - RMC), Piracicaba e Limeira. Há evidências de aumento da concentração de renda per capita em municípios da região metropolitana de São Paulo seguindo para Campinas e adjacências torna-se mais perceptível o forte *cluster* Alto-Alto dessa região.

Diferentemente do que ocorre na região de divisa com o Paraná, como Itapeva, Nova Campina, Ribeirão Branco que conformam um grande *cluster* Baixo-Baixo em termos de renda per capita, apesar da significativa redução entre 2000 e 2010, ainda apresenta traços marcantes. A Figura 04 apresenta o mapa de *clusters* LISA univariado para a variável renda per capita para o ano 2000 e 2010.

Observa-se que as desigualdades entre a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e a região mais ao Sul do estado são bastante intensas. Isso ocorre porque grande parte dos *clusters* Baixo-Baixo e Alto-Alto está localizada nessas áreas, tanto em 2000 quanto em 2010. Pode-se identificar uma fragilidade nos efeitos impulsionadores, que criam ou ampliam as desigualdades intermunicipais no Estado

de São Paulo. No entanto, nota-se uma tendência de que quanto mais próximo da capital, maior é a renda per capita da população que ali vive. De acordo com Myrdal (1968), quando os efeitos impulsionadores não são capazes de neutralizar os efeitos regressivos, eles persistem, o que resulta na continuidade da disparidade econômica regional.

Figura 4 - Mapa de *clusters* LISA univariado para a variável de renda per capita – 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados.

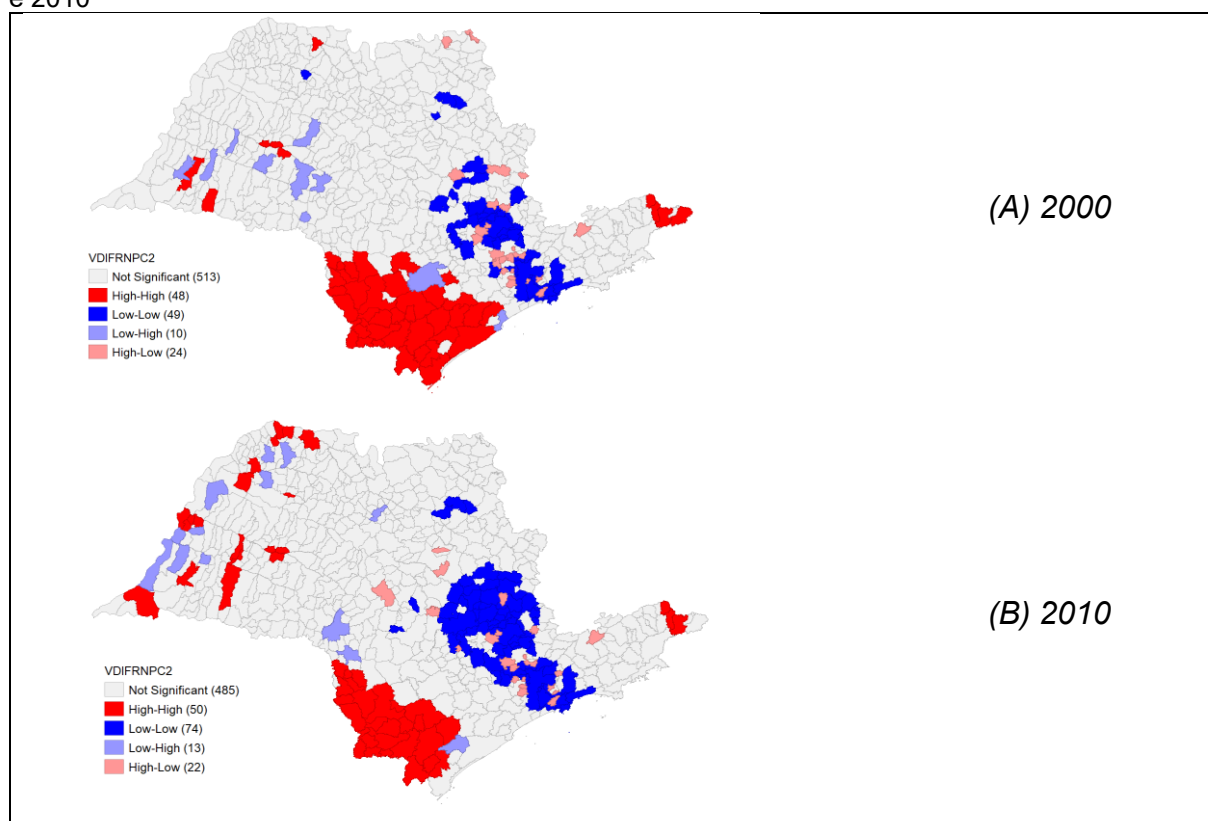
Já por meio da Figura 04 (B), observa-se que prevalece a principal característica em relação aos mapas de *clusters* LISA da Figura 05 (A): a desigualdade intermunicipal e entre as regiões da RMC, RMSP com o Sul do Estado e as regiões mais a Oeste, em municípios limítrofes no interior de São Paulo.

Essas mudanças não estão só associadas à questão de busca por melhores condições de vida, mas observa-se que no geral as firmas e grandes indústrias tendem a se localizarem perto da grande megalópole que é São Paulo, fazendo suas adjacências expandirem em termos de padrão industrial e desenvolvendo mais do que as demais, implicando em aumento da renda per capita. Esse traço da desigualdade polarizada continua sendo algo marcante. No geral, os *clusters* identificam e apresenta evidências favoráveis a assertiva levantada na hipótese que baliza o

estudo. A de que, além de ser relevante para explicar as desigualdades intermunicipais paulistas, o fator espacial ajuda a confirmar que prevalece uma concentração de alta renda per capita nas proximidades de São Paulo e Campinas. Portanto, perpetuando as desigualdades regionais no território no primeiro decênio do século XXI.

Foi calculada a estatística local de Moran para a diferença entre a renda per capita observada em cada Município e a média da renda per capita de todos os Municípios de São Paulo. Dessa maneira tem-se os *clusters* Alto-Alto, onde eram Baixo-Baixo na Figura 03 e Baixo-Baixo onde eram Alto-Alto também na Figura anterior. Isso se justifica fundamentando que as áreas de interesse onde há preocupações com o desenvolvimento regional acontece fundamentalmente no lado Oeste e Sul do Estado.

Figura 5 - Mapa de *clusters* LISA univariado para a variável de Diferenciais de renda per capita – 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados.

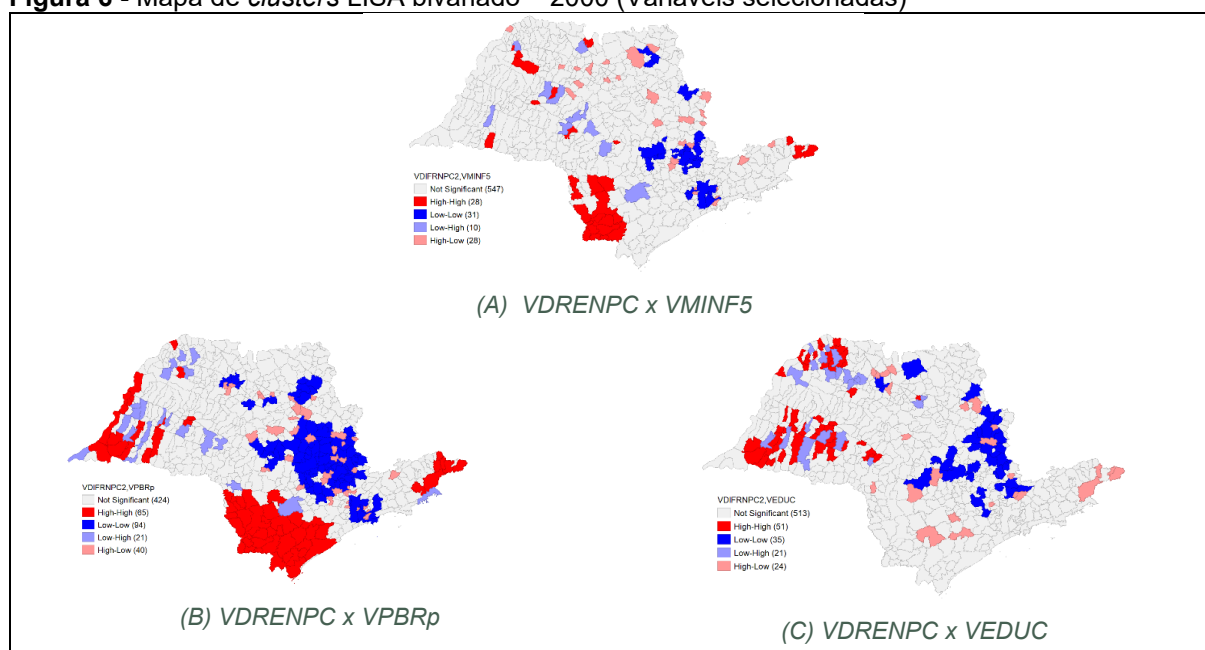
Nota-se pela Figura 05 (A) em comparação com a Figura 06 (B) que houve modificação e maior crescimento e desenvolvimento dos municípios como Itapira, Moji Mirim, Mogi Guaçu entre outros nas proximidades da RMC, RMSP e baixada santista,

que agora apresenta cluster Baixo-Baixo de diferenciais de renda per capita, ou seja, baixa diferença de renda per capita em relação ao Estado e rodeado de municípios com baixa diferença de renda per capita.

Percebe-se que o fator espacial é fundamental no estudo, já que claramente vem acontecendo um processo de transbordamento espacial da renda dessas regiões para as demais, reduzindo os *cluster* alto-alto de diferenciais de renda no Estado, corroborando com estudo de Alves (2020). Esse tipo de efeito acontece sobretudo no deslocamento de trabalhadores de um município para o outro onde está a firma, devido ao deslocamento pendular, mas boa parte da renda é gasta no município de origem, logo acontece o transbordamento espacial.

Em relação ao coeficiente de autocorrelação espacial local em um contexto bivariado é possível obter uma medida de autocorrelação espacial local multivariada. De acordo com Rocha e Parré (2009), essa estatística dá uma indicação do grau de associação linear (positiva ou negativa) entre o valor da variável de diferenciais de renda per capita em um dado município e a média de uma outra variável nos dois municípios vizinhos mais próximos. Logo, se torna possível mapear os valores da probabilidade da medida, estatisticamente significativos, gerando o mapa de *clusters* LISA.

Figura 6 - Mapa de *clusters* LISA bivariado – 2000 (Variáveis selecionadas)

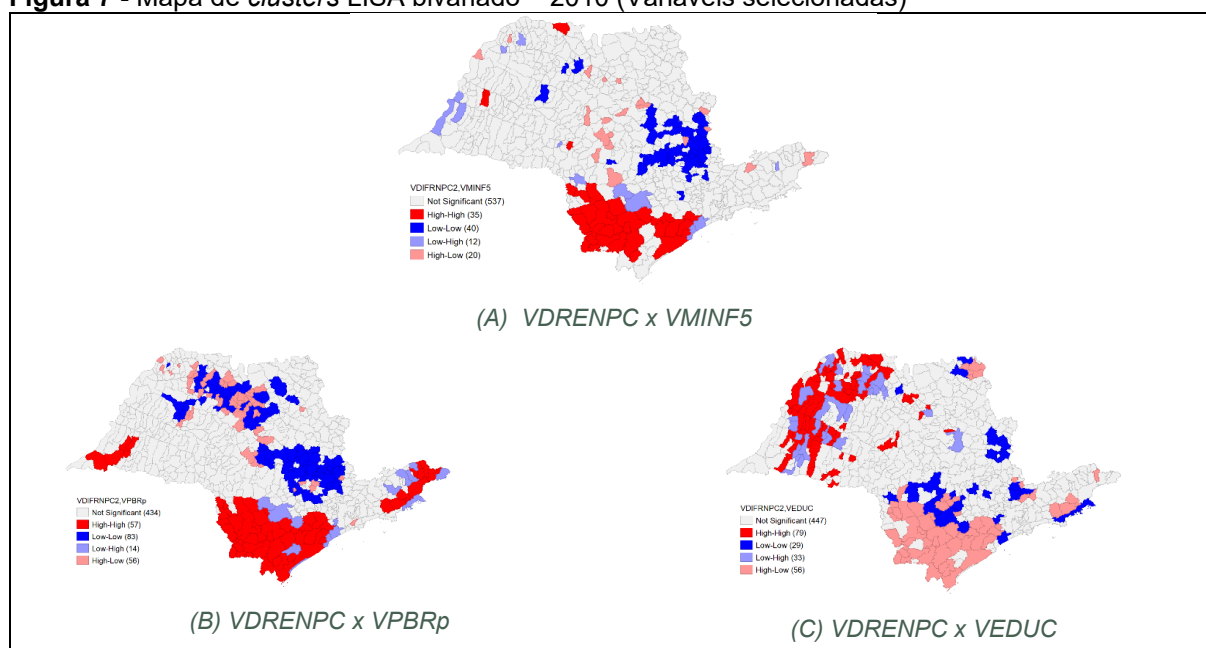


Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados.

No que tange ao presente estudo, o caso bivariado foi aplicado em relação da variável dependente, isto é, Diferenciais de Renda per capita e as variáveis (A) Taxa de Mortalidade Infantil (VMINF5), (B) População de Baixa Renda (VPBRp) e (C) Educação (VEDUC). Justifica-se devido a importância de melhores indicadores em termos de saúde, educação e renda de a população estarem no mapa do desenvolvimento humano municipal e para isso municípios devem apresentar baixa taxa de mortalidade infantil, maior média dos anos de estudo e reduzida população com renda per capita. A Figura 06 apresenta os resultados para os municípios paulistas.

As estatísticas I de Moran bivariado mostram que a concentração de municípios com alto diferencial de renda per capita e alto indicador de taxa de mortalidade infantil ou pior indicador de saúde e pobreza são mais frequentes na microrregião de Itapeva (mesorregião de Itapetinga) e municípios limítrofes no Leste do Estado na divisa com Rio de Janeiro nas microrregiões de Bananal e Guaratinguetá, no Vale do Paraíba Paulista. As áreas pobres são mais evidentes de ser vistas na Figura 06 (B), onde é evidente pelos *clusters* Alto-Alto que mostram precárias condições de renda nas mesorregiões de Itapetinga, Litoral Sul-paulista e Presidente Prudente no Oeste do Estado.

Figura 7 - Mapa de *clusters* LISA bivariado – 2010 (Variáveis selecionadas)



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados.

Em termos de Educação, na correlação entre quanto mais alto for o diferencial de renda per capita entre o município e o estado, pior é o nível educacional, precisamente concentrado em mesorregiões como Presidente Prudente, Marília e Assis, além do Norte da mesorregião de São José do Rio Preto, numa relação inversa, do mesmo modo pode-se notar que os melhores níveis educacionais são *clusters* do tipo Baixo-Alto, em um total de 21 municípios paulista.

Em relação a 2010, pouco se modifica, com correlações espaciais positivas entre Diferenciais de Renda per capita e Taxa de Mortalidade Infantil, e população de baixa renda per capita. Já em relação a educação essa correlação mostra a criação de *clusters* do tipo Baixo-Alto (33) e Alto-Baixo (56), ou seja, alto nível de diferencial de renda per capita (baixa renda) e alto nível de educação em termos de anos médios de estudo.

Portanto, conclui-se que algumas regiões prevalecem sobre outras em muitos aspectos sobretudo em termos de renda. Além disso, a pobreza e as altas taxas de mortalidade andam correlacionadas em municípios do Sul do Estado. Já municípios mais pobres, com alta diferença de renda em relação ao estado, e com altas taxas de escolaridade se sobressaem na região Oeste.

7. DESIGUALDADES INTERMUNICIPAL DE RENDA NO SÃO PAULO

A análise anterior mostrou, que os efeitos não observados apresentam relevância para análise desse fenômeno e que há efeitos espaciais a serem considerados no estudo de renda per capita. Nesse contexto, ao considerar o fator espacial relevante para explicar a desigualdade intermunicipal de renda, questiona-se quais os impactos diretos, indiretos e totais dos efeitos espaciais? A análise de algumas variáveis socioeconômicas são fundamentais para responder a essas questões. Entre elas estão o índice de distribuição de renda, educação, saúde, infraestrutura, setor público, densidade populacional, população economicamente ativa, população de baixa, PIB per capita e Valor Adicionado Bruto da indústria e administração pública ajudam a explicar os diferenciais de renda per capita entre os municípios de São Paulo.³

³ Tais análises são advindas dos resultados da regressão com modelo econométrico que considera o fator espacial em uma análise de dados em painel para os municípios de São Paulo. A interpretação

A presença de padrões espaciais, que revelam graus de concentração dessas variáveis, tendem a ser mais difíceis de serem contornados. Pois não se trata apenas de um caso isolado, mas de um grupo de municípios que compartilham da situação negativa dessas variáveis, necessitando de um esforço coletivo na busca da otimização de políticas públicas voltadas a área socioeconômica e que sejam realizadas de forma integrada (SILVA, 2019).

Tabela 8 - Modelo de Regressão com Dados em Painel de Efeitos Fixos com Dependência Espacial – SAR Model e os impactos gerados⁴

Coeficientes	Regressão Efeitos fixos	Impactos		
		Direto	Indireto	Total
VEE	5.8876*** (0.8224)	5.8875*** (0.8636)	0.0034 (0.3303)	5.8910*** (0.9106)
VEDUC	23.11*** (2.3268)	23.1087*** (2.4015)	0.0134 (1.2900)	23.1221*** (2.6617)
IDHM	209.06 *** (63.890)	209.059*** (61.0705)	0.1216 (115.6281)	209.18*** (125.3395)
VPBRp	-2.5331 ** (2.3228)	-2.5331*** (0.2168)	-0.0015 (1.4195)	-2.5346*** (0.2646)
VTHEIL	-455.08*** (16.784)	-455.0823*** (16.7770)	-0.2646 (2.5224)	-455.347*** (30.3697)
LVPEA	85.291 *** (12.712)	85.291*** (11.7491)	0.0496 (4.7689)	85.3406*** (12.3872)
VDENSPOP	0.0501 *** (0.0138)	0.0502*** (0.0137)	0.0002 (0.0279)	0.0502*** (0.0137)
VMINF5	-3.4395*** (0.7502)	-3.4395*** (0.7008)	-0.0020 (0.1906)	-3.4415*** (0.7069)
LVABA _{adm}	-131.97 *** (5.0052)	-131.9676*** (4.9013)	-0.0767 (7.3175)	-132.0443*** (8.8436)
VPIBPC	-1.5605*** (0.16971)	-1.5605*** (0.1723)	-0.0091 (0.0863)	-1.5614*** (0.1951)
LVABIND	-4.2505* (2.4163)	-4.2505* (2.5790)	-0.0025 (0.2883)	-4.2529* (2.5874)
Spatial autoregressive coefficient	Estimação	Desvio Padrão	t-valor	Pr(> t)
ρ	0.058	0.0588	0.0099	0.9921

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados.

Dessa forma, o que justifica o uso do modelo espacial são os resultados da medida de impacto aplicada as variáveis explicativas adotadas no modelo. É através da análise dos valores dos efeitos diretos, indiretos e totais e quais as conclusões pode-se extrair. A análise dos impactos é algo fundamental, no que diz respeito ao

dos resultados é balizada em um conjunto de variáveis explicativas utilizadas com o objetivo de explicar os diferenciais de renda per capita entre os 645 municípios do Estado.

⁴ Percebe-se que o coeficiente de perturbação espacial “ ρ ” foi controlado, isto é, não foi estatisticamente significativo, portanto, os efeitos espaciais foram controlados pelo modelo.

impacto direto, este é o impacto da variável independente sobre o diferencial de renda per capita (variável dependente) no município em questão, já o impacto indireto é aquele efeito de transbordamento da variável independente sobre a variável dependente no município vizinho. O efeito total é a combinação de ambos os efeitos, o direto e o indireto.

O primeiro indicador utilizado é referente à energia elétrica. A falta de energia implica em condições inadequadas de infraestrutura, o que afeta o desenvolvimento econômico e social e crescimento econômico, e implica em maiores desigualdades de renda per capita entre os municípios. Os resultados apresentam uma relação positiva entre o município possuir energia elétrica adequada para a sua população e a renda per capita, essa relação já era esperada. Isso indica que há um efeito positivo entre o fornecimento de energia elétrica e eventuais aumentos na renda per capita municipal, portanto, a diferença de renda entre o município e a renda per capita média de São Paulo é positiva, indicando que os municípios que apresentam melhores indicadores dessa variável têm maiores renda per capita do que de caso contrário (ou seja, não ter o fornecimento adequado de energia elétrica).

Como se sabe a energia elétrica é um direito fundamental e um vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza, aumento da renda familiar, qualidade de vida, educação, abastecimento de água e saneamento básico, bem como o acesso aos serviços de saúde. Esse resultado mostra que um aumento ou melhoria nas condições de abastecimento de energia elétrica de domicílios tanto no meio urbano quanto no meio rural, pode provocar redução nas diferenças intermunicipais de renda, ou seja, reduzindo as desigualdades regionais. Para Murphy, Shleifer e Vishny (1989), onde o investimento em infraestrutura em instalações elétricas, melhor acesso a rede geral de saneamento básico e, portanto, melhoria da infraestrutura nos domicílios, é um importante componente para promover o “*big push*” e, portanto, necessário para gerar o processo de crescimento econômico dos municípios menos desenvolvidos. Em termos de impacto, o fornecimento de energia elétrica gera um impacto positivo e direto de R\$5,88 sobre o município. Em termos indiretos, este valor foi positivo e não estatisticamente significativo de R\$0,0034, já o efeito total foi de R\$5,89. Portanto, a infraestrutura utilizando esse critério afeta exclusivamente o município em questão, em um aumento da renda per capita municipal.

Outro importante indicador é a educação. O coeficiente da *proxy* para escolaridade apresentou sinal positivo. Esse resultado mostra que existe uma relação positiva entre o nível de escolaridade da população e sua renda per capita, logo, reduz as diferenças de renda per capita em relação ao Estado de São Paulo. Portanto, municípios que possuem maior média de anos de escolaridade tendem a ter maior renda per capita, indicando crescimento econômico superior ao crescimento médio de São Paulo, o que pode criar a possibilidade de deslocamento do equilíbrio Pareto-Inferior para um equilíbrio Pareto-Superior. Além disso, outra justificativa para o aumento da renda per capita no município é que esse processo gera maior promoção do desenvolvimento local, por meio das externalidades positivas geradas por trabalhadores qualificados. Portanto, se há maior qualificação, espera-se maiores salários.

O caso contrário também é válido para a educação, ou seja, municípios que possuem média de anos de escolaridade abaixo da média estadual tendem a ter menor renda per capita, indicando baixo crescimento econômico para esse indicador e, mais ainda, baixo desenvolvimento do capital humano. Isso complica o processo de desenvolvimento municipal, pois esta é uma variável chave. Políticas de incentivo à educação, sobretudo, em municípios interioranos devem estar sempre em pauta considerando os efeitos por ela gerados, sejam em termos de alimentação, uniformes ou acesso as escolas, políticas públicas que incentivem o aluno ao estudo. Ressalta-se que em termos de educação o Estado de São Paulo tem os melhores indicadores do Brasil em quase todos os níveis educacionais, além disso houve um grande avanço em Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo nos últimos anos no país. Em termos de efeitos gerados, um aumento de 1 ano na média de educação em um dado município, este terá um aumento direto da renda per capita de R\$23,11 e gerará um efeito indireto e positivo (não significativo) de R\$0,0134 centavos, já o efeito total é de R\$23,12 (soma do direto com o indireto).

Uma variável que pode ser utilizada para balizar medidas e políticas dos governantes é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, esse Índice de é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano no município. A sua relação com os diferenciais de renda per capita foi positivo, indicando que quanto maior o IDHM do

município maior a renda per capita e melhores as condições de vida da população, esse resultado era esperado para São Paulo, já que é o estado brasileiro com melhor IDH, com 0,783 do país. No caso do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, um aumento desse indicador em um dado município, gera um aumento direto da renda per capita de R\$209,06 e gerará um efeito indireto e positivo (não significativo) de R\$0,1216 centavos, esses resultados indica que melhorias nesse indicador gera aumentos substanciais na renda per capita do município, o efeito total se consolida em R\$209,18 (soma do direto com o indireto).

Outro resultado relevante é referente a uma relação negativa entre a porcentagem da população com renda inferior a meio salário-mínimo e a desigualdade de renda per capita municipal. Quanto maior essa porcentagem maior a diferença de renda per capita entre os municípios, pois municípios com maior quantidade de população de baixa renda tende a ampliar a diferença entre a renda per capita deste e a média do estado, já que se trata de um estado majoritariamente rico. Esse resultado era esperado dado que a média de renda per capita de São Paulo é alta para ambos os períodos. Vale destacar que a média de renda per capita do São Paulo no ano 2000 foi de R\$ 686,90 e no ano de 2010 foi de R\$554,69 sendo que no Brasil, o salário-mínimo no ano 2000 em reais foi de R\$151,00 e em 2010 foi de R\$ 510,00, portanto, acima da média nacional.

Como se sabe renda e diferenciais de renda per capita são inversamente proporcionais, logo a relação da porcentagem da população com renda inferior a meio salário-mínimo e renda per capita é negativa. Com isso, aumento dessa porcentagem populacional irá provocar um aumento da diferença de renda daquele município em relação à média do Estado. O coeficiente do índice de Theil, que é a medida estatística de distribuição de renda utilizada, foi negativo na análise, logo esse resultado mostra que uma piora na distribuição de renda prejudica/reduz ainda mais a renda per capita daquele município, que já possui uma renda inferior à média estadual. Logo, os resultados do modelo sugerem que quanto mais pior a distribuição de renda no município, maior a desigualdade de renda intermunicipal, considerando os fatores espaciais.

Aumentos de 1% na parcela da população com renda inferior a meio salário-mínimo gera um impacto negativo e direto no município de R\$2,53, em termos indiretos não teve significância estatística e o total foi de uma redução de R\$2,54. Considerando um município qualquer de São Paulo, um aumento do índice de Theil,

provocará uma redução direta da renda per capita em aproximadamente R\$455,08, e indireta, ou seja, sobre o município vizinho não foi estatisticamente significativa. Assim, os impactos gerados pela má distribuição de renda, o Theil, geram uma redução total de renda per capita de R\$455,35.

Em relação a variável de População Economicamente Ativa, foi percebido uma relação positiva com a diferença de renda per capita, algo também já esperado. O estado de São Paulo compreende a um dos estados brasileiros mais populosos, havendo uma tendência natural de grande parte dessa população ser economicamente ativa, outras palavras, devido ao tamanho da população, São Paulo tem um grande contingente de pessoas em idade de trabalhar, o que, por sua vez, influencia a força de trabalho disponível e o dinamismo econômico do estado. A alta população geralmente está associada a uma grande força de trabalho, o que pode impactar positivamente na produção econômica e no desenvolvimento da região. Além disso, outra justificativa é que controlando pelo Valor Adicionado Bruto da indústria, o VAB da administração pública e Produto Interno Bruto per capita, observou-se que há grande potencial de geração de emprego para a PEA o que reproduz em termos espaciais uma expectativa de aumento da renda naquele município considerando assim uma redução para média estadual. Por outro lado, em estados menos desenvolvidos, é esperado um resultado negativo, já que tem mais pessoas buscando uma vaga/oportunidade de emprego, logo as firmas tendem a pagar menos, dado as condições da estrutura produtiva que a aquele município tem para gerar emprego.

Em relação a variável de População Economicamente Ativa, espera-se que, para cada variação relativa de 1% gerar efeito positivo e direto sobre a diferença de renda do município com relação ao São Paulo de aproximadamente R\$85,29, além de um efeito indireto e negativo sobre o município vizinho (não significativo) de R\$0,05, no total será uma redução da renda per capita em aproximadamente R\$85,35.

Em relação ao coeficiente da variável densidade populacional, esta foi positivo e estatisticamente significativa. Logo, não se captou efeitos de congestão, isto é, áreas densamente habitadas podem ter custos mais elevados, promovendo deseconomias externas e, assim, um menor crescimento da renda per capita dos municípios analisados se comparado ao crescimento médio da renda per capita do Estado, o que corroborando com Alves (2020). Há especificidades próprias no estado de São Paulo

que o permitem associar áreas densamente populosas com maiores rendas e, portanto, menor desigualdade em escala intermunicipal. Sabe-se pela ampla literatura que há uma correlação em escala intra estadual, de considerar que quanto maior a densidade populacional do município maior a desigualdade de renda reproduzida dentro dele.

Em relação a variável de densidade populacional, espera-se que, para cada aumento da densidade gera efeito positivo e direto sobre a diferença de renda do município com relação ao São Paulo de aproximadamente R\$0,05, já o efeito indireto não foi estatisticamente significativo e no total será um aumento da renda per capita em aproximadamente R\$0,05.

O coeficiente da taxa de mortalidade infantil é negativo, mostrando que um pior estado de saúde afeta o crescimento da diferença de renda per capita entre municípios, ou seja, os municípios analisados tendem a ter um crescimento da renda per capita inferior ao crescimento da renda per capita dos municípios com melhores condições de saúde ou menores taxas de mortalidade infantil. Esse pior estado de saúde pode ser traduzido em uma maior taxa de mortalidade infantil, logo municípios que apresentaram menores níveis de taxa de mortalidade infantil tiverem maiores renda per capita em relação a renda per capita média do Estado. No comparativo entre 2000 e 2010 o estado de São Paulo teve queda na taxa de mortalidade infantil, algo bom no âmbito da saúde. Em relação a mortalidade infantil, espera-se que, para cada variação relativa de 1% gerar efeito negativo e direto sobre a diferença de renda do município com relação ao São Paulo de aproximadamente R\$3,44, o efeito indireto não foi significativo e, assim, no total tem-se que o efeito será uma redução da renda per capita em aproximadamente R\$3,44.

Em relação a variável de Valor Adicionado Bruto do setor de administração, esta apresentou relação negativa com os diferenciais de renda per capita em relação a renda per capita estadual. Haja vista que municípios com maior VAB administração pública vai apresentar uma maior renda per capita. Municípios interioranos, dependem fortemente do setor público municipal, isto é, os empregos gerados pela prefeitura e órgãos públicos. Todavia, a diferença de renda entre o município e o estado é negativa, indicando que aquele município que apresenta melhores indicadores de VAB proporciona menor diferenciais de renda per capita, pois isso indica que o município gera renda, logo considera um aumento da renda interna e redução da desigualdade entre os municípios.

O mesmo equivale para as variáveis de PIB per capita e o VAB da indústria, já que São Paulo é um dos estados brasileiros mais desenvolvidos em termos industriais. Em relação a Valor Adicionado Bruto do setor de administração, espera-se que, para um aumento de 1% no VAB este possa gerar efeito negativo e direto sobre a diferença de renda do município com relação ao São Paulo de aproximadamente R\$131,97, além de um efeito indireto não significativo o total será responsável por uma redução sobre os diferenciais de renda per capita em R\$132,04. Em relação a PIB per capita, espera-se que, para um aumento de uma unidade que isso possa gerar efeito negativo e direto sobre a diferença de renda do município com relação ao São Paulo de aproximadamente R\$1,56 e em relação ao VAB da indústria essa redução é de R\$4,25 reais no que tange ao impacto direto, em ambos o impacto indireto não foi significativo e no total tem-se respectivamente uma redução de R\$1,56 e R\$4,25, respectivamente.

Além disso, de acordo com Faggio e Overman (2014), há impacto do emprego no setor público nos mercados de trabalho locais. Tem-se que o emprego no setor público afeta a composição setorial do setor privado. Especificamente, cada emprego adicional no setor público cria 0,5 emprego no setor não comercializável (construção e serviços), enquanto elimina 0,4 emprego no setor comercializável (manufatura).

Portanto, os resultados permitem concluir que há substanciais impactos da saúde, educação, infraestrutura e outras variáveis sobre os diferenciais de renda per capita entre os municípios paulistas. Esses determinantes são importantes no combate à desigualdade. Destarte, os efeitos não observados são relevantes para análise e o fator espacial é um importante elemento para explicar a desigualdade entre os municípios. Assim, é provada a assertiva levantada, de que o fator espacial ajuda a explicar os diferenciais de renda per capita no São Paulo, baseados em indicadores socioeconômicos.

Além disso, corrobora com outros resultados como Fernandes e Bezerra (2019) em que de modo geral, indicam que boas condições habitacionais (coleta de lixo, esgotamento sanitário, água canalizada etc.), renda suficiente para redução da pobreza, escolaridade elevada, melhores condições de acesso ao trabalho, saúde e segurança tendem a favorecer o desenvolvimento de uma determinada região. Dessa forma, políticas públicas que favoreçam a melhoria desses indicadores são primordiais para se alcançar níveis satisfatórios de bem-estar social da população Paulista.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar um pouco da formação histórica-econômica, a dinâmica da estrutura produtiva nas mesorregiões de São Paulo e os determinantes das desigualdades intermunicipais de renda no território paulista, considerando o fator espacial.

A participação relativa setorial, no comparativo dos anos (2015 e 2020), apresenta características que mostram que a agropecuária, construção civil e comércio tiveram reduções em grande parte das mesorregiões. Isso pode ser justificado em partes pela recessão econômica de 2015-2016 e pelas medidas tomadas com o advento da pandemia da COVID-19. Muitas mesorregiões tiveram reduções nos indicadores de participação relativa, mas grande parte ampliou os serviços ou indústria, regiões mais desenvolvidas economicamente se sobressaíram frente a outras em períodos delicados como o de 2020. Em contrapartida os setores que mais cresceram na economia, independentemente da conjuntura, foram serviços.

O estado de São Paulo é considerado altamente industrializado historicamente, isso reflete no alto desenvolvimento de seus indicadores em um efeito transbordamento. Além disso, houve especialização produtiva na construção civil com a mesorregião de Ribeirão Preto e redução da especialização em São José do Rio Preto. Há tendência de crescimento e concentração do setor de indústria, comércio e serviços em quase nas mesorregiões do estado. Já construção civil e agropecuária foram os setores que mais aumentaram o grau de dispersão de 2015 para 2020.

Em termos de medidas de especialização, houve um aumento da especialização produtiva em 10 mesorregiões no setor da indústria, são elas: São José do Rio Preto, Araçatuba, Bauru, Araraquara, Piracicaba, Campinas, Itapetininga, Macro Metropolitana Paulista, Vale do Paraíba Paulista, Metropolitana de São Paulo. Apenas Assis e Presidente Prudente não houve especialização em nenhum setor entre 2015 e 2020. O destaque se dá em outras mesorregiões como a Metropolitana de São Paulo, Macro Metropolitana Paulista, Ribeirão Preto, Campinas e Bauru que passaram a se diferenciar das demais mesorregiões e mostram que sua estrutura produtiva mudou entre os dois anos de análise.

Em termos espaciais, as desigualdades de renda podem ser classificadas como locais. Já que há formação de *clusters* em algumas regiões específicas do estado, percebe-se uma ampliação das aglomerações do tipo Alto-Alto, sobretudo na região

vizinha a capital paulista, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e no corredor que leva as cidades de Campinas, Piracicaba, Limeira. Há evidências de aumento da concentração de renda per capita em municípios da região metropolitana de São Paulo seguindo para Campinas e adjacências torna-se mais perceptível o forte cluster Alto-Alto dessa região. Diferentemente do que ocorre na região de divisa com o Paraná, como Itapeva, Nova Campina, Ribeirão Branco que conformam um grande cluster Baixo-Baixo em termos de renda per capita, apesar da significativa redução entre 2000 e 2010, ainda apresenta traços marcantes.

No geral, os clusters identificam e provam a assertiva levantada na hipótese que baliza o estudo. A de que, além de ser relevante para explicar as desigualdades intermunicipais paulistas, o fator espacial ajuda a confirmar que prevalece uma concentração de alta renda per capita nas proximidades de São Paulo e Campinas. Portanto, perpetuando as desigualdades regionais no território no primeiro decênio do século XXI. Portanto, conclui-se que algumas regiões prevalecem sobre outras em muitos aspectos sobretudo em termos de renda. Além disso, a pobreza e as altas taxas de mortalidade andam correlacionadas em municípios do Sul do Estado. Já municípios mais pobres, com alta diferença de renda em relação ao estado, e com altas taxas de escolaridade se sobressaem na região Oeste.

Os resultados empíricos permitem concluir que há substanciais impactos da saúde, educação, infraestrutura e outras variáveis sobre os diferenciais de renda per capita entre os municípios paulistas. Esses determinantes são importantes no combate à desigualdade. Destarte, os efeitos não observados são relevantes para análise e o fator espacial é um importante elemento para explicar a desigualdade entre os municípios. Assim, é provada a assertiva levantada, de que o fator espacial ajuda a explicar os diferenciais de renda per capita no São Paulo, baseados em indicadores socioeconômicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denis Fernandes. **Estrutura Produtiva e Desigualdade Intermunicipal de Renda no Brasil: uma abordagem regional**. Natal. 2020. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ARAÚJO, C.; TEIXEIRA, C. G. E. Análise das compras públicas sustentáveis na secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo. **Gestão e Regionalidade**, v. 34, n. 100, p. 22-3, 2018.

BRANDÃO, C. A. **Dinâmicas e transformações territoriais recentes**: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. IPEA - Texto para Discussão, n. 2460. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3aCWdla>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRAMMER, S.; WALKER, H. Sustainable procurement in the public sector: an international comparative study. **International Journal of Operations & Production Management**, Bingley, v. 31, n. 4, p. 452-476, 2011.

CANO, Wilson et al. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil – 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DINIZ, C. C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG - Textos para Discussão, n. 159. 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/3bvKaGw>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

DINIZ, C. C.; CAMPOLINA, B. **A região metropolitana de São Paulo**: reestruturação, re-espacialização e novas funções. Santiago: Eure, 2007.

DINIZ, Clélio Campolina; MENDES, Philipe Scherrer. **Tendências regionais da indústria brasileira no século XXI**. Texto para discussão, 2021.

FAGGIO, Giulia; OVERMAN, Henry. The effect of public sector employment on local labour markets. **Journal of urban economics**, v. 79, p. 91-107, 2014.

FERNANDES, Catharine Neves; BEZERRA, Francisco Dietima da Silva. Desenvolvimento social na Amazônia Ocidental: uma análise a partir dos municípios do estado Acre. **Economia e Desenvolvimento**, v. 31, p. e7-e7, 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/2QVor30>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ROCHA, C. B.; PARRÉ, J. L. Estudo da distribuição espacial do setor agropecuário do Rio Grande do Sul. **Análise Econômica**, v. 27, n. 52, 2009.

SILVA, C. **Migração intermunicipal no Brasil**: evidências para as décadas de 2000 e 2010. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal/RN, 2019.

MURPHY, K. M.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. Industrialization and the big push. **Journal of political economy**, v. 97, n. 5, p. 1003–1026, 1989.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: SAGA, 1968.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **São Paulo**: Principais setores do estado. 2022.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

Recebido em: março de 2023
Aceito em: dezembro de 2023